Valor Econômico | 18/10/18 | BRASIL

Rombo da Previdência dos militares cresce

RIBAMAR OLIVEIRA

O candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, afirmou que pretende iniciar a reforma dos regimes previdenciários lutando contra o que considera privilégios dos servidores públicos. Mas parece que eles só se referia aos civis. Para os militares, o candidato informou, em entrevista ao SBT na noite de terça-feira, que pode propor "alguma mudança", lembrando que eles não poderiam ser igualados a quem tem direitos trabalhistas diferentes, como FGTS, hora extra, direito a greve e repouso remunerado.

Os números sugerem uma leitura diferente daquela feita pelo candidato do PSL, que é capitão reformado do Exército. Basta ler a mensagem do presidente Michel Temer ao Congresso Nacional que acompanha a proposta orçamentária para 2019. Lá está dito que o déficit nominal com os militares inativos e os seus pensionistas está crescendo, em termos nominais, enquanto o "buraco" do regime próprio dos servidores civis da União (RPPS) projetado para o próximo ano está caindo, na comparação com o previsto para 2018.

O déficit com militares inativos e seus pensionistas em 2019 está projetado em R$ 43,3 bilhões, contra R$ 42,6 bilhões previstos para este ano. No caso do RPPS, o "rombo" passará de R$ 45,4 bilhões neste ano para R$ 44,3 bilhões em 2019. Um é quase igual ao outro, embora o número de servidores civis aposentados e seus pensionistas seja bem superior ao de militares inativos e seus pensionistas.

Os Estados Unidos e o Reino Unido já fizeram mudanças

Em 2016, último dado disponível, havia 683.560 aposentados e pensionistas do RPPS e 378.870 militares inativos e pensionistas. A receita obtida com as contribuições dos civis ativos foi de R$ 30,69 bilhões, enquanto que as contribuições dos militares para as suas pensões ficaram em R$ 2,93 bilhões.

A mensagem de Temer separa os gastos com pensões militares e com a inatividade remunerada (reserva e reforma). Haveria uma razão legal para isso, de acordo com parecer da Consultoria-Geral da União da Advocacia Geral da União (CGU/AGU): a Constituição não prevê um plano de benefício de aposentadoria para os militares nem de custeio. A legislação exige apenas a contribuição para o pagamento de pensões.

O entendimento que predomina nas Forças Armadas é que o militar não se aposenta. Ele ingressa na reserva, mantendo vínculo com a profissão militar, podendo ser mobilizado a qualquer momento. Depois de certa idade, ele é reformado. Ele contribui para a pensão com 7,5% (podendo chegar a 9%, em alguns casos) sobre a remuneração bruta, mesmo na inatividade. Ainda há o desconto obrigatório de 3,5% para o custeio do sistema de saúde e de assistência social.

A realidade dos números, no entanto, é preocupante. As despesas com pensões militares para este ano estão previstas em R$ 21,3 bilhões,

enquanto as receitas com as contribuições deverão ficar em R$ 3,25 bilhões, de acordo com a mensagem de Temer. O déficit com pensões é de R$ 18 bilhões. Para 2019, as despesas subirão para R$ 21,72 bilhões e as receitas ficarão em R$ 3,32 bilhões. O "rombo" aumentará para R$ 18,4 bilhões. Os gastos com militares inativos (reserva e reforma) passará de R$ 24,578 bilhões neste ano para R$ 24,898 bilhões em 2019.

No primeiro semestre de 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou uma auditoria para levantar informações destinadas a qualificar o debate acerca do financiamento da Previdência. Na época, o governo Temer estava empenhado em fazer uma reforma dos regimes previdenciários.

A auditoria do TCU considerou 2016 como ano-base. Naquele ano, as Forças Armadas tinham 369.690 militares na ativa e 154.144 inativos, além de 188.924 pensionistas. Nos três comandos (Exército, Marinha e Aeronáutica), portanto, o número de pessoas que recebiam benefícios previdenciários somava 343.068 (excluídos 35.802 pensões especiais e benefícios a anistiados militares).

Com relação à idade, os dados coletados pelo TCU indicavam que a passagem para a inatividade ocorria, em média, por volta dos 50 anos. Mas 94,1% dos militares iam para a inatividade com menos de 54 anos. Na folha de pagamento de outubro de 2016, segundo o relatório do TCU, as pensões para filhas de militares maiores (de 21 anos) representavam 59% desses benefícios e consumiram 46% dos recursos dispendidos com pensões (exceto pensões especiais).

O TCU informou que, em 2016, a despesa média anual com cada beneficiário militar inativo ou pensionista foi de R$ 97,6 mil. Com cada aposentado ou pensionista do Regime Geral de Previdência Social - o famoso INSS - o gasto foi de R$ 17,4 mil, enquanto com cada aposentado ou pensionista do RPPS foi de R$ 101,8 mil. No Brasil, o militar passa à inatividade com a remuneração integral do posto que ocupava e tem paridade com os da ativa.

O déficit do RPPS está caindo em decorrência das várias reformas realizadas neste regime previdenciário, desde 1998, com a emenda constitucional 20. Depois, foram aprovadas as emendas constitucionais 41 e 47. E, em abril de 2012, a Lei 12.618 instituiu o regime de previdência complementar para os servidores. Com o advento das entidades fechadas de previdência, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 31 de janeiro de 2013 terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do INSS.

Em todo esse tempo, os militares sofreram apenas uma mudança. Em 2001, o art. 31 da MP 2.215-10 facultou a eles contribuir com um valor adicional de 1,5% para que suas filhas (nascidas a qualquer tempo) mantivessem o direito à pensão independentemente de idade, na hipótese de não haver viúva ou companheira, se assim optassem até 29/12/2000.

O relatório do TCU informa que em 2013, o Reino Unido fez uma reforma do sistema previdenciário para os militares. Em 2015, foi a vez de os Estados Unidos fazerem o mesmo. Com as mudanças, exceto em caso de morte em serviço ou aposentadoria por invalidez, os benefícios previdenciários pagos pelos governos dos EUA e do Reino Unido não são integrais como no Brasil, "havendo naqueles países significativa redução dos valores pagos aos inativos em relação àqueles da ativa".

De acordo com o relatório do TCU, outro ponto importante é que, nos sistemas estadunidense e britânico, "a política de benefícios pagos aos familiares do militar em caso de falecimento deste é de redução significativa do valor do benefício original, além de haver severas restrições à elegibilidade dos beneficiários". Talvez sejam exemplos a ser seguidos.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

O GLOBO | 18/10/18 | ECONOMIA

Em 2 dias, Congresso cria conta de R$ 8,5 bi para novo governo

Piso de agente de saúde e renegociação de dívida rural aumentam despesas

MANOEL VENTURA

BRASÍLIA- Em apenas dois dias de votações nesta semana, o Congresso aprovou projetos que deixam uma despesa de R$ 8,5 bilhões para o próximo governo só com salários de agentes de saúde e a renegociação de dívidas rurais.

Somente a derrubada do veto do presidente Michel Temer ao aumento do piso salarial para agentes comunitários de saúde deixará uma fatura de R$ 4,8 bilhões. Deputados e senadores decidiram ontem barrar o veto presidencial e liberar o reajuste do piso dos agentes, que havia sido aprovado em julho pelo Congresso.

O impacto fiscal será de R$ 1 bilhão em 2019, R$ 1,6 bilhão em 2020 e R$ 2,2 bilhões em 2021, segundo o Ministério do Planejamento. Estes valores podem ser ainda mais altos, caso as prefeituras decidam contratar mais profissionais ao longo dos anos.

O reajuste foi vetado por Temer com o argumento de que se tratava de criação de despesa obrigatória sem estimativa de receita equivalente. A elevação do piso atinge 355 mil agentes no país.

RENEGOCIAÇÃO AMPLIADA

Embora sejam contratados pelos municípios, 95% do valor do piso desses servidores são bancados pelo governo federal. Ou seja, a derrubada do veto também terá impacto nas prefeituras. Os agentes receberão R$ 1.250 a partir de 2019; R$ 1.400 em 2020 e R$1.550 em 2021.

A derrubada do veto foi articulada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). Durante a campanha eleitoral, o senador, que acabou derrotado nas urnas, fez críticas ao veto e disse que trabalharia para derrubá-lo. O próprio líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE), defendeu a derrubada do veto e consequente reajuste à categoria. Ele também não conseguiu se reeleger.

O Senado também aprovou anteontem uma medida provisória(MP) que permite a renegociação de dívidas de produtores rurais. A medida terá um impacto de R$ 3,7 bilhões para as contas do governo federal acima do previsto pela equipe econômica.

O valor é o resultado da diferença entre o que já era esperado pelo governo (R$ 1,5 bilhão) e o custo aprovado no Congresso (R$ 5,2 bilhões). Como já foi aprovada na Câmara, a medida segue para sanção do presidente Michel Temer. Durante a tramitação da proposta, os parlamentares ampliaram o universo de beneficiados e o prazo para adesão ao parcelamento.

O texto original restringia a renegociação dos débitos aos agricultores familiares do Norte e do Nordeste e fixava prazo limite para refinanciamento em 30 de outubro. Com as mudanças, foram incluídos agricultores das demais regiões do país, e o prazo para adesão ao parcelamento foi ampliado para 31 de dezembro.

FOLHA DE SÃO PAULO | 18/10/18 | MERCADO

Congresso força reajuste e gera rombo de R$ 5 bi

Bernardo Caram

Brasília Deputados e senadores decidiram entregar para o próximo presidente uma conta de quase R$ 5 bilhões ao derrubar, nesta quarta-feira (17), um veto do presidente Michel Temer.

Em votação no Congresso, eles contrariaram o governo e autorizaram reajuste de 53% no piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

A elevação do piso atinge 355 mil profissionais.

Pelos cálculos do Ministério do Planejamento, se o número de agentes não aumentar, o impacto fiscal será de R$ 1 bilhão em 2019, R$ 1,6 bilhão em 2020 e R$ 2,2 bilhões em 2021.

Em julho, ao aprovar uma medida provisória enviada por Temer para reformular as carreiras de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, o Congresso incluiu no texto o reajuste do piso salarial.

O projeto prevê elevação gradual dos atuais R$ 1.014 para R$ 1.550 em 2021.

Temer sancionou a proposta, mas vetou o trecho que permitia os reajustes.

Entre os argumentos, afirmou que o aumento da remuneração é iniciativa reservada ao presidente e que o dispositivo fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A derrubada do veto foi pessoalmente articulada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE).

Durante a campanha eleitoral, o senador, que acabou derrotado nas urnas, fez críticas ao veto. Na sessão desta quarta, o próprio líder do governo no Congresso, André Moura (PSC-SE), defendeu a derrubada do veto.

Embora sejam contratados pelos municípios, 95% do valor do piso desses servidores é bancado pelo governo federal.

Ainda assim, a Confederação Nacional de Municípios, que reúne prefeitos de todo o país, se posicionou contra o reajuste.

O presidente da entidade, Glademir Aroldi, argumenta que o ônus para as prefeituras também é alto.

Aroldi diz que o aumento vai gerar pressão por reajustes de outras categorias e fazer com que municípios estourem o limite de gastos com pessoal.

O ESTADO DE S. PAULO | 18/10/18 | ECONOMIA

Bolsonaro sonda sócio do Modal para BNDES

Eduardo Centola contribui com propostas e passou a ser cotado para eventual governo; nomes de Paulo Guedes também estão no páreo

Renata Agostini
Mônica Scaramuzzo

Liderando com folga pesquisas de intenção de voto no segundo turno, Jair Bolsonaro (PSL) segue empenhado na montagem de seu eventual governo. O presidenciável sondou recentemente Eduardo Centola, sócio e copresidente do Banco Modal, a se juntar aos quadros de futura equipe econômica. O executivo foi inclusive consultado sobre seu interesse em comandar o BNDES, segundo duas fontes ouvidas pelo 'Estado'. Não houve convite formal, mas Centola segue como um nome cogitado por Bolsonaro. O executivo tem contribuído com propostas para o plano de governo, especialmente na área de infraestrutura diante de sua experiência com investimentos da China no País. A sondagem não significa que ele será, ao fim, a indicação formal de Bolsonaro.

Fontes próximas a Paulo Guedes, apontado por Bolsonaro como seu ministro da Economia, dizem que ele tem conselheiros econômicos de confiança que também seriam qualificados para o cargo. O sócio do Modal apoia a candidatura de Bolsonaro e aproximou- se da campanha por caminho diferente de outros executivos aventados para a equipe econômica de um governo PSL. Centola estabeleceu contato direto com o candidato e os filhos políticos de Bolsonaro por ter amigos em comum. A maior parte dos nomes cogitados até o momento foi levada à campanha pelas mãos de Guedes, que tem grande entrada no mercado financeiro e protagonismo na montagem da equipe. Guedes se reúne toda a semana com um grupo de economistas de sua confiança, entre eles estão Rubem Novaes, Marcos Cintra, Carlos da Costa e Carlos von Doellinger.

Foi Guedes também quem iniciou conversas com executivos como Roberto Campos Neto, diretor do Santander, Pedro Guimarães, sócio do Brasil Plural, e Alexandre Bettamio, presidente do Bank of America Merryl Linch na América Latina, para angariar sugestões de propostas e, eventualmente, atraí-los para a equipe do novo governo. Resistências. Centola é entusiasta da candidatura de Bolsonaro e começou a conversar com o grupo próximo ao presidenciável para colaborar com ideias, segundo fontes. Além de contato com os filhos de Bolsonaro, o executivo trabalha com Eudes de Orleans e Bragança, irmão do agora eleito deputado federal pelo PSL Luiz Philipe de Orleans de Bragança, que se tornou aliado do deputado nos últimos meses e chegou a ser cogitado como nome para vice de Bolsonaro.

O executivo, que se especializou em assessorar negócios de chineses no Brasil nos últimos anos, tem atuado para fazer pontes entre campanha e empresários asiáticos e reduzir a resistência de Bolsonaro. O candidato já expressou contrariedade com o apetite de chineses. Em entrevista ao Estado, o coordenador dos times que elaboram propostas de infraestrutura para um governo PSL, o economista Paulo Coutinho, pontuou que Bolsonaro só vê problema na compra de terras. "Não há resistência para que chineses construam ferrovias, rodovias, portos." Procurados, Centola e Paulo Guedes não quiseram dar entrevista.

CORREIO BRAZILIENSE | 18/10/18 | ECONOMIA

ELEIÇÕES 2018 »

Aumento para agentes de saúde

» ALESSANDRA AZEVEDO

O Congresso Nacional liberou o aumento do piso salarial de agentes comunitários de saúde e de combates a endemias, ao derrubar ontem o veto do presidente Michel Temer em relação à mudança. A remuneração mínima da categoria estava congelada em R$ 1.014 desde 2014. Nos próximos três anos, passará a ser de R$ 1.550, o que representará um gasto de R$ 4,8 bilhões a mais para o governo federal durante o período.

O piso da categoria aumentará gradativamente: a partir de 1º de janeiro de 2019, passará a ser de R$ 1.250. No ano seguinte, de R$ 1.400. E, a partir de 1º de janeiro de 2021, chegará a R$ 1.550. A partir de 2022, a remuneração mínima da categoria será reajustada anualmente em percentual definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O impacto aos cofres públicos será de R$ 1 bilhão em 2019, de R$ 1,6 bilhão em 2020 e de R$ 2,2 bilhões em 2021, de acordo com cálculos do Ministério do Planejamento divulgados ontem. Os valores podem ser mais altos "caso os entes federativos optem por contratar mais profissionais ao longo dos referidos anos", explicou a pasta.

Jabuti

O Congresso havia inserido o reajuste durante a tramitação da Medida Provisória (MP) 827/2018. Enviado pelo governo em abril, o texto original não trazia essa previsão, apenas estabelecia normas para o exercício profissional da categoria, como o limite de 40 horas semanais de trabalho. Diante do gasto bilionário que a mudança do piso representaria, ela foi vetada por Temer, que argumentou que a iniciativa de aumento de gastos com pessoal deve partir do Executivo. Além disso, o governo alegou que aumento desse tipo de despesa nos 180 dias anteriores ao fim do mandato pode ser enquadrado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O argumento foi rechaçado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), após a derrubada do veto. O parlamentar lembrou que, recentemente, o governo enviou ao Congresso nove projetos de lei que liberam dinheiro para ministérios. "Se há excesso de arrecadação, se tem dinheiro sobrando, não pode ser esse o argumento para não votar determinadas matérias, porque não há recursos. Se não houvesse recursos, esses projetos não teriam chegado ao Congresso", disse.